

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa correta a respeito da seguinte frase:

“PODIAM VIVER TRANQUILAMENTE COM O SEU SALÁRIO”.

- a) Sujeito: indeterminado.
- b) Predicado: nominal.
- c) Verbo : transitivo indireto.
- d) Adjunto adverbial: tranquilamente (tempo), com o seu salário(lugar).

2. Assinale a alternativa correta:

I- O plural de pé-de-moleque é pés-de-moleques.

II- O plural de beija-flor é beija-flores.

III- O plural de alto-falante é altos-falantes.

Constamos que está (estão) correta (corretas):

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Apenas o item II está correto.
- d) Apenas o item I está correto.

3. Assinale a opção que contenha advérbios de tempo, lugar, modo, intensidade, nesta ordem:

- a) ainda, rapidamente, depressa, apenas.
- b) hoje, lá, em cima, certamente.
- c) assim; aquém, demais, porventura.
- d) sempre, perto, às pressas, assaz.

4. Assinale a alternativa que contenha apenas substantivo coletivos:

- a) Leão, elenco, saci-pererê.
- b) Acervo, buquê, cáfila.
- c) Enxame, amor, classe.
- d) Fauna, corrente, flora.

5. Assinale o pronome de tratamento que fora empregado de maneira incorreta:

- a) Vossa Excelência: usado para pessoas de alta autoridade.
- b) Vossa Santidade: utilizado para o Papa.
- c) Vossa Eminência: utilizado para Sacerdotes e religiosos em geral.
- d) Vossa Magnificência: usados para os reitores das Universidades.

6. Em “AMANHÃ, DOMINGO, IREI FAZER A PROVA DO CONCURSO”, a palavra grifada funciona como:

- a) Agente da passiva
- b) Objeto indireto
- c) Aposto
- d) Objeto direto

7. Na frase: “CRISTIANE VOLTOU EXAUSTA, MAS ESTAVA ALEGRE”, encontramos no período citado:

- a) Adjunto adverbial de modo.
- b) Um predicado verbo-nominal.
- c) Um predicado verbal.
- d) Sujeito indeterminado.

8. A abreviatura foi escrita corretamente em:

- a) SR.(senhora).
- b) Gr. (grama).
- c) 5h30 (cinco horas e trinta minutos).
- d) Comand. (comandante).

CONHECIMENTOS GERAIS

9. Quais são personalidades ilustres da cidade de Monte Santo de Minas:

- a) Padre Joaquim do Monte Santo, José Rico, Aristides Lobo, Rubens Dourado.
- b) Coronel Francisco de Paula; Milionário; Mario Américo, Milton Gonçalves.
- c) Dr. Antônio Gonçalves Gravatá, Rubens Dourado, Aristides Valeriano, Milton Gonçalves.
- d) Professora Maria Tereza Teixeira, Rubens Dourado, Mario Américo, José Rico.

10. Além da bandeira do Estado de Minas Gerais, qual símbolo se destaca no brasão de armas da cidade de Monte Santo de Minas:

- a) Cruzeiro de Prata.
- b) Cruzeiro de Ouro.
- c) Lança de prata.
- d) Lança de ouro.

11. Qual presidente da República criou o horário de verão:

- a) Jânio Quadros.
- b) Juscelino Kubitschek.
- c) Getúlio Vargas.
- d) Itamar Franco.

12. Quais artistas participaram da semana da arte moderna:

- a) Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Menotti del Picchia.
- b) Pixinguinha; Oswald de Andrade; Tarsila do Amaral.
- c) Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Di Cavalcanti.
- d) Donga, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade.

13. São características da Globalização, exceto:

- a) Aumento do Comércio Internacional.
- b) Não interferência cultural.
- c) Migrações internacionais.
- d) Avanço tecnológico.

14. Quais são as regiões mais populosas do Brasil:

- a) Sudeste, Sul, Centro Oeste, Norte, Nordeste.
- b) Sudeste, Nordeste, Norte, Sul, Centro-oeste.
- c) Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.
- d) Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

15. Em qual alternativa há cidade que **não** faz divisa com Monte Santo de Minas?

- a) Itamogi, Arceburgo, Mococa, Guaxupé.

b) Guaranésia, Mococa, Jacui, Santo Antonio da Alegria.

c) São Sebastião do Paraíso, Cassia dos Coqueiros, Itamogi.

d) Arceburgo, Mococa, Cassia dos Coqueiros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. De acordo com a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

a) I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; e VII - de homologação.

b) I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de habilitação; V - de julgamento; VI - recursal; e VII - de homologação.

c) I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - de homologação; e VII - recursal.

d) I - de divulgação do edital de licitação; II - preparatória; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; e VII - de homologação.

17. Se uma empresa der causa à inexecução parcial de um contrato que foi celebrado com algum ente público, proveniente de um processo licitatório, a mesma poderá sofrer uma sanção proporcional ao ocorrido. Considerando que o fato não ensejou prejuízos à administração pública e nem consequências graves, assinale a alternativa que melhor descreve a sanção cabível.

- a) multa
- b) suspensão
- c) advertência
- d) impedimento temporário

18. José, representante da empresa "X", durante um processo licitatório começou a perturbar a realização dos atos necessários, vindo a atrasar o término do referido processo. De acordo com a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, das alternativas abaixo, assinale a que descreve qual seria a pena aplicável.

- a) detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa
- b) reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa

- c) advertência
- d) multa

19. De acordo com o STJ, quando se trata de alteração de capitulação legal de conduta de servidor público em um processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, não enseja a nulidade do processo administrativo disciplinar.
- b) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, certamente irá resultar na nulidade do processo administrativo disciplinar.
- c) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, já é o suficiente para a nulidade do processo administrativo disciplinar.
- d) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, é condição *sine qua non* para a nulidade do processo administrativo disciplinar.

20. De acordo com o entendimento de tribunais superiores, compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de:

- a) demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.
- b) exoneração em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.
- c) destituição em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.
- d) demissão em razão da prática de improbidade administrativa, dependendo de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.

21. Sobre instauração de processo administrativo disciplinar, quanto ao entendimento do STJ, está correto afirmar o que está em:

- a) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar impescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- b) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos, sem a necessidade de apuração.
- c) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição não detalhada dos fatos a serem apurados.

d) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

22. Quanto ao entendimento de tribunais superiores, após a leitura das afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I - É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- II – Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do dever de autotutela imposto à Administração.
- III – O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar em hipótese alguma causa nulidade.

- a) apenas I está correta.
- b) apenas I e II estão corretas.
- c) apenas II está correta.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

23. A Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 trouxe alguns conceitos importantes para o entendimento sobre dívida e endividamento. Leia as afirmativas abaixo e em seguida assinale a alternativa correta.

I - dívida pública consolidada ou fundada: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

II - dívida pública mobiliária: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

IV - concessão de garantia: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

V - refinanciamento da dívida mobiliária: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

- a) apenas V está correta.
- b) apenas IV está correta.
- c) apenas I e II estão corretas.
- d) apenas III está correta.

24. Tício, Porteiro efetivo de um hospital público, em tese havia praticado atos de improbidade administrativa e estava respondendo um Processo Administrativo Sumário. Dentro de poucos meses Tício havia perdido sua função pública de maneira efetiva em virtude dos atos praticados, porém ainda não havia sentença condenatória transitada em julgado. À luz das disposições penais da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa abaixo que está em conformidade com a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992.

- a) Tudo ocorreu em conformidade com o ordenamento jurídico, pois quando se trata de improbidade administrativa, apenas o Processo Administrativo Sumário já é suficiente para a perda da função pública, independentemente de sentença condenatória transitada em julgado.
- b) Para que Tício perdesse efetivamente a função pública, bastava uma sentença condenatória, independentemente do contraditório e a ampla defesa na esfera administrativa.
- c) Em hipótese alguma Tício poderia perder a função pública, pois os atos de improbidade administrativa somente são puníveis quando não são apurados em Processo Administrativo Sumário.
- d) Tício não poderia ter perdido a função pública sem que houvesse sentença condenatória transitada em julgado.

25. A Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 prevê que são irrelevantes para qualificar a natureza jurídica específica do tributo:

- a) a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- b) apenas a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- c) apenas a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- d) a denominação e demais características informais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.

26. De acordo com a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, os tributos são:

- a) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) impostos, taxas e alíquotas.
- c) impostos, taxas e contribuições sociais.
- d) impostos, taxas e contribuições previdenciárias.

27. Quanto à competência tributária, a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, prevê que

- a) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
- b) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito privado pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
- c) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito empresarial pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
- d) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito comercial pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

28. “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei _____, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante _____, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos _____, apresentados e publicados na forma da lei”

O trecho acima foi extraído do § 4º do art.18 da Constituição Federal de 1988. Assinale a alternativa que completa, respectivamente, os espaços acima.

- a) municipal, plebiscito, Estudos de Viabilidade Municipal.
- b) estadual, referendo, Estudos de Viabilidade Municipal.
- c) estadual, plebiscito, Estudos de Viabilidade Municipal.
- d) estadual, iniciativa popular, Estudos de Viabilidade Regional.

29. Quanto ao Tribunal de Contas da União e a exata menção na Constituição Federal de 1988, assinale abaixo a alternativa correta:

- a) é integrado por oito Ministros.

- b) tem sede em Brasília.
- c) um dos requisitos para ser um de seus ministros é ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- d) um dos requisitos para ser um de seus ministros é ter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública

30. Uma sociedade empresária de grande porte costuma possuir uma variedade de estabelecimentos e celebram contratos com entes de diversos Estados e Municípios. Se tratando de domicílio de pessoas jurídicas, assinale a afirmativa correta.

- a) o domicílio de uma sociedade empresária é exclusivamente o município da sede administrativa.
- b) nos contratos escritos, os contratantes não poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- c) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- d) a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, não prevê a capital como domicílio do Estado-membro da federação brasileira.

31. É sabido que as benfeitorias são melhorias realizadas em um bem que já existe. Podemos classificar as benfeitorias em:

- a) necessárias: conservação; úteis: facilitação do uso; e voluptuárias: estética.
- b) necessárias: manutenção; objetivas: conservação; e voluptuárias: embelezamento.
- c) necessárias: conservação; inúteis: facilitação do uso; e voluptuárias: estética.
- d) necessárias: manutenção; úteis: facilitação do uso; e voluptuárias: conservação.

32. Quanto a previsão legal do Direito das Obrigações, mais precisamente no que está expresso no Código Civil de 2002, assinale a alternativa incorreta:

- a) a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- b) a coisa certa será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- c) se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

d) antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

33. De acordo com o Código Civil de 2002, é incorreto afirmar que:

- a) é nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- b) a doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.
- c) a doação a entidade futura caducará se, em três anos, esta não estiver constituída regularmente.
- d) a doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo.

34. Dentre as competências dos Tribunais Regionais Federais, previstas na Constituição Federal de 1988, estão processar e julgar, originariamente:

- a) os juízes federais da área de sua jurisdição, excluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;
- c) os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz estadual;
- d) os habeas data, quando a autoridade coatora for juiz federal;

35. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são competências da Justiça do Trabalho, exceto:

- a) processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve.
- b) processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- c) processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- d) processar e julgar os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria não sujeita à sua jurisdição

36. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são princípios institucionais do Ministério Público:

- a) unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- b) unidade, indivisibilidade e independência relativa.
- c) equidade, indivisibilidade e independência funcional
- d) unidade, imparcialidade e independência funcional.

37. Nossa Carta Magna faz alusão a Defensoria Pública. De acordo com o que está expresso em nossa Constituição, a Defensoria Pública é:

- a) órgão permanente, incumbindo-lhe a defesa dos direitos individuais e não coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- b) um feixe despersonalizado, incumbindo-lhe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e não coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- c) instituição permanente, incumbindo-lhe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- d) instituição permanente, incumbindo-lhe a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais, de forma integral e gratuita, aos necessitados, exceto quando se tratar de direitos coletivos.

38. Quanto à Produção Antecipada da Prova prevista no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa incorreta:

- a) a produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.
- b) a produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- c) o juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, salvo se inexistente caráter contencioso.
- d) os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, salvo se a sua produção conjunta acarretar excessiva demora.

39. Sobre a Inspeção Judicial, prevista no Código de Processo Civil vigente, podemos afirmar que o juiz irá ao local onde se encontre a pessoa ou a coisa quando:

- I - julgar necessário para a melhor verificação ou interpretação dos fatos que deva observar;
- II - a coisa não puder ser apresentada em juízo sem consideráveis despesas ou graves dificuldades;
- III - determinar a reconstituição dos fatos.
- IV - colher provas peremptórias

Após a Leitura das afirmativas acima, assinale a alternativa correta.

- a) estão corretas apenas as afirmativas I e IV.
- b) estão corretas apenas as afirmativas II e III
- c) estão corretas as afirmativas I, II e III.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

40. De acordo com a Constituição Federal de 1988, não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:

- I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;
- II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais e coletivos, políticos e eleitorais;
- III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Após analisar as afirmativas acima, assinale a alternativa correta.

- a) apenas a afirmativa I está correta.
- b) as afirmativas I e II estão corretas.
- c) apenas a afirmativa II está correta.
- d) as afirmativas I e III estão corretas.